

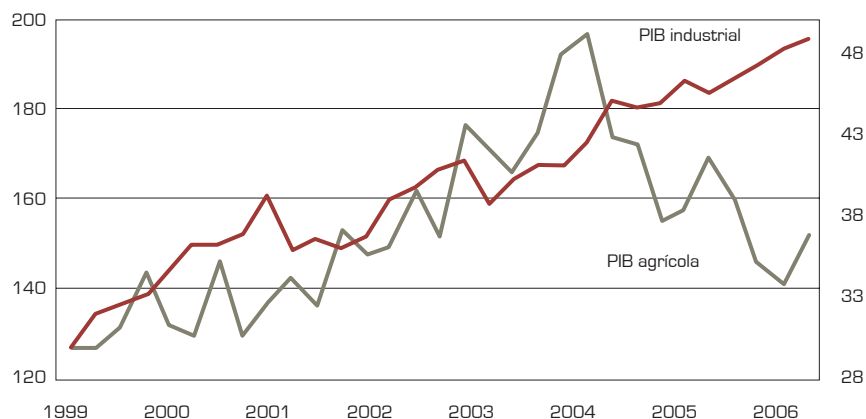
desenvolvimento do setor. A legislação trabalhista agrícola inviabiliza por completo a formação de um mercado de aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas. Para adotar a técnica mecanizada, o agricultor precisa adquirir máquinas e aí se enredar no endividamento. Por isso, a adoção da técnica “mecânica” no Brasil tem como requisito a expansão do crédito agrícola de investimento. Nos outros países, isso não ocorre.

Enquanto se expandiam, as fontes de recursos de investimento e as possibilidades de endividamento adicional de longo prazo por parte da agricultura, as fontes de *variabilidade* da renda agrícola também cresciam, sobretudo devido à

Em ambas as fases, o comportamento da taxa de câmbio foi fundamental. A adoção do regime de taxa de câmbio flutuante, que se esperava fosse favorecer o setor, acabou sendo muito ruim. A agricultura brasileira passou a enfrentar riscos simultâneos de *preços* (de produtos e de insumos) e de *quantidades* (produtividade). Antes da abertura da economia e da mudança do regime cambial, eventos negativos de um tipo tendiam a ser compensados por outros positivos. Quando havia quebras de safra, os preços dos produtos agrícolas aumentavam compensatoriamente.

É interessante notar, *en passant*, que esse risco associado ao setor agrícola só poderá

Brasil: evolução do PIB Agrícola e do PIB Industrial, R\$ bilhões *



Fonte: IBGE. *Valores dessazonalizados, março de 2007, deflacionados pelo IPCA.

instituição, a partir de 1999, de um novo regime cambial.

Um indício interessante é a forte instabilidade da renda agrícola no Brasil, em comparação com a renda industrial. O crescimento do PIB agrícola tem sido muito mais instável que o crescimento do PIB industrial.

Existe uma “bolha” de crescimento do PIB agrícola de 2001 a 2004. Depois o PIB simplesmente despenca. Na fase do crescimento rápido, a elevação dos preços agrícolas foi acompanhada pelo aumento do produto agrícola. Na derrocada, a redução dos preços agrícolas foi acompanhada de alta dos preços do petróleo e dos insumos agrícolas dele derivado, com quebras de safra.

aumentar na nova fase de expansão em direção aos biocombustíveis. No caso da cana-de-açúcar, por exemplo, a necessidade de imobilização de capital nas usinas tornará o setor mais rígido e menos capaz de reagir a eventos inesperados. A área de grãos, se não fosse a sua elevada imobilização de capital na forma de máquinas e equipamentos e seu alto endividamento de longo prazo, poderia rapidamente se ajustar a uma crise, contraindo a produção e realocando os recursos para outras atividades, como a pecuária bovina. ■

Artigo baseado no texto da *Revista de Política Agrícola*.

1 Professor titular da Universidade Federal Fluminense. E-mail: gcrezende@terra.com.br

2 Assistente de pesquisa do Ipea e doutoranda em Economia pela UFF. E-mail: ana.kreter@ipea.gov.br

Dívida rural II

Governo veta proposta

O *DIÁRIO Oficial da União* publicou, em 18 deste mês, a sanção da Medida Provisória (MP) 432, convertida na Lei nº 11.775, que trata da renegociação de R\$ 75 bilhões em dívidas rurais. O governo vetou o dispositivo que substitui a Selic, de 13,75% ao ano, pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), de 6,25% ao ano, para correção de operações inscritas na Dívida Ativa da União (DAU). Considerada o ponto mais polêmico da decisão, a proposta tinha sido aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado. Com isso, esses débitos continuam sendo indexados à Selic mais 1%.

Na justificativa encaminhada ao Senado, o governo alega que a modificação:

- Alteraria o indexador e faria com que os valores a serem pagos ficassem menores aos das quantias pagas por mutuários em dia com seus compromissos financeiros;
- Representaria um estímulo à inadimplência e uma penalização aos mutuários adimplentes;
- Contrariaria um dos princípios adotados na renegociação, de não conceder o mesmo tratamento a produtores adimplentes e inadimplentes.

A Comissão Nacional de Endividamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) entende que o governo deve avaliar a alternativa de adotar percentuais adicionais de descontos para compensar os efeitos do veto à correção de operações de crédito rural transferidas para a DAU pela TJLP.

De acordo com cálculos do Ministério da Fazenda, os débitos dos 114.692 contratos inscritos na DAU somam R\$ 7,2 bi-



lhões. Fazem parte dessa conta os débitos já em fase de cobrança judicial. Durante as discussões que antecederam a votação do texto, o Ministério da Fazenda não aceitou a idéia, defendida pela bancada ruralista, da troca do indexador.

Como os débitos inscritos na DAU poderão ser pagos em até dez anos, com amortizações semestrais ou anuais, um mecanismo redutor ajudaria a atenuar o impacto caso a Selic se descole muito da TJLP.

A Lei 11.775 também contempla débitos contraídos por produtores de todos os portes, tanto do setor empresarial como da agricultura familiar. O prazo de adesão à renegociação das operações termina em 30 de junho de 2009. Também haverá descontos para liquidação em 2008 e para renegociação. Para as dívidas de produtores do Nordeste, haverá acréscimo de dez pontos percentuais nos descontos.

Independentemente do veto, para o produtor é importante manifestar interesse pela renegociação das dívidas contempladas na MP, cujo prazo termina no final deste mês. Esse prazo vale para

as dívidas da Securitização I e II, Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), Recoop, Funcafé, custeios prorrogados (safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006), investimentos (BNDES e Pronaf), Fundos Constitucionais, Pronaf, Procer e Crédito Fundiário.

Após aderir ao processo de repactuação dos contratos, os mutuários terão até 30 de dezembro para liquidar ou amortizar parte do valor para redistribuição das parcelas a serem quitadas posteriormente. A CNA disponibilizará cartilhas para orientar os produtores na renegociação. A adesão dá direitos aos benefícios previstos na lei da renegociação, tanto aos produtores em dia com suas parcelas como para quem está inadimplente.

Mesmo os produtores em dia com as parcelas, e que não queiram renegociar suas dívidas, poderão optar pela substituição da taxa de juros, uma vez que haverá redução nos encargos de alguns programas. Para contratos relativos ao Moderfrota, por exemplo, será adotada a TJLP, atualmente em 6,25%, mais 3,25% ao ano.

Consolidação das leis do crédito rural

Ante as diferentes interpretações, agravadas pela existência de várias normas conflitantes, o setor produtivo rural defende a consolidação dos regulamentos do crédito rural em um único texto, para facilitar o entendimento e a aplicação das leis.

A proposta faz parte do Projeto de Lei nº. 3.692/08, do deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP), cujo texto possui 184 artigos e propõe a revogação de sete leis, dois decretos-leis e dispositivos de outras normas vigentes.

Entre os pontos para discussão estão:

- O crédito rural precisa ser distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do País, conforme o Artigo 1º da Lei 4829/65, que institucionalizou o crédito rural;
- Inclusão do crédito rotativo na proposta, para permitir renovações automáticas de contratos de operações de crédito rural;
- Liberação direta do crédito na conta do produtor;
- Reavaliar a exclusão dos Fundos Constitucionais de Financiamento, cujas operações são regidas por lei específica;
- Prorrogação das dívidas quando a rentabilidade do produtor for insuficiente para o pagamento dos débitos.

No Finame Agrícola Especial, incidirá a TJLP mais 4%. Os mutuários que não pagaram a parcela deste ano do custeio, referente às safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, cujo prazo venceu em 15 de agosto, também devem procurar os bancos. Há, ainda, as parcelas de 2008 que vencem em 1º de outubro, referentes ao Funcafé, Moderfrota, Finame, Fundos Constitucionais, Proger Rural, Pronaf e FAT Giro Rural. Independentemente de aderir à renegociação, essas parcelas devem ser quitadas. ■